



Reprimarização das exportações, estrutura produtiva e emprego formal no Centro-Oeste brasileiro: reflexos territoriais da inserção internacional periférica

Soraia Aparecida Cardozo

Instituto de Economia e Relações Internacionais/Universidade Federal de
Uberlândia–Santa Mônica – Uberlândia – Minas Gerais

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5830-6879>

Alanna Santos de Oliveira

Universidade Federal de Uberlândia – Santa Mônica – Uberlândia – Minas Gerais

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9090-8367>

Carlos Alves do Nascimento

Universidade Federal de Uberlândia – Santa Mônica – Uberlândia – Minas Gerais

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3495-8076>

Resumo

O artigo tem como objetivo analisar a estrutura das exportações da região Centro-Oeste do Brasil e verificar se as atividades mais dinâmicas no comércio internacional influenciam na estrutura produtiva e na geração de emprego formal das mesorregiões dos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. O estudo apoia-se em revisão bibliográfica sobre o papel de uma economia periférica como a brasileira na divisão internacional do trabalho e sobre as relações econômicas entre Brasil e China, mostrando que, para além do comércio, os investimentos chineses no Brasil crescem, sobretudo, em setores estratégicos para aquele país. Utilizando dados do Comexstat, das Contas Regionais e da RAIS, o artigo analisa a expansão das exportações das mesorregiões dos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, mostra a expansão das exportações de produtos primários, identifica a predominância de atividades agropecuárias na estrutura produtiva na maior parte das mesorregiões dos estados da região Centro-Oeste e aponta para a dificuldade das atividades mais dinâmicas nas exportações e na estrutura produtiva terem o mesmo dinamismo na geração de emprego formal. Trata-se de análise relevante para a compreensão do desenvolvimento regional brasileiro considerando as transformações na divisão inter-regional do trabalho no período recente, em uma economia caracterizada pela inserção internacional periférica.

Palavras-chave: Divisão Internacional do Trabalho. China. Comércio Internacional. Especialização Regressiva. Desenvolvimento Regional.

Re-primarization of export, productive Structure, and formal employment in the Brazilian Central-West: Territorial Effects of Peripheral International Integration

Abstract

The article aims to analyze the export structure of Brazil's Central-West region and examine whether the most dynamic activities in international trade influence the productive structure and the generation of formal employment in the mesoregions of the states of Mato Grosso, Mato Grosso do Sul and Goiás. The study is based on a literature review on the role of a peripheral economy like Brazil's in the international division of labor and on economic relations between Brazil and China, showing that, beyond trade, Chinese investments in Brazil are growing, especially in sectors strategic to that country. Using data from Comexstat, Regional Accounts, and RAIS, the article analyzes the expansion of exports in the mesoregions of Mato Grosso, Mato Grosso do Sul and Goiás, highlights the growth of primary product exports, identifies the predominance of agricultural activities in the productive structure of most mesoregions in the Central-West states, and points to the difficulty of the most dynamic activities in exports and the productive structure having the same dynamism in generating formal employment. This is a relevant analysis for understanding Brazilian regional development, considering the transformations in the inter-regional division of labor in the recent period, in an economy characterized by peripheral international integration.

Keywords: International Division of Labor. China. International Trade. Regressive Specialization. Regional Development.

Reprimarización de las exportaciones, estructura productiva y empleo formal en el Centro-Oeste de Brasil: efectos territoriales de la inserción internacional periférica

Resumen

El artículo tiene como objetivo analizar la estructura de las exportaciones de la región Centro-Oeste de Brasil y verificar si las actividades más dinámicas en el comercio internacional influyen en la estructura productiva y en la generación de empleo formal en las mesorregiones de los estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul y Goiás. El estudio se basa en una revisión bibliográfica sobre el papel de una economía periférica como la brasileña en la división internacional del trabajo y sobre las relaciones económicas entre Brasil y China, mostrando que, más allá del comercio, las inversiones chinas en Brasil están creciendo, especialmente en sectores estratégicos para ese país. Utilizando datos de Comexstat, de las Cuentas Regionales y de la RAIS, el artículo analiza la expansión de las exportaciones de las mesorregiones de los estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul y Goiás, muestra el crecimiento de las exportaciones de productos primarios, identifica la predominancia de actividades agropecuarias en la estructura productiva en la mayor parte de las mesorregiones de los estados de la región Centro-Oeste y señala la dificultad de que las actividades más dinámicas en las exportaciones y en la estructura productiva presenten el mismo dinamismo en la generación de empleo formal. Se trata de un análisis relevante para la comprensión del desarrollo regional brasileño, considerando las transformaciones en la división interregional del trabajo en el período reciente, en una economía caracterizada por su inserción internacional periférica.

Palabras clave: División Internacional del Trabajo. China. Comercio Internacional. Especialización Regresiva. Desarrollo Regional.

1 Introdução

Nos últimos vinte anos, as relações comerciais sino-brasileiras ampliaram-se de modo que a China, que era um país pouco expressivo nas relações comerciais brasileiras, passou a ser o principal parceiro comercial do Brasil (LEITE; RODRIGUES, 2024). Esse estreitamento das relações comerciais entre China e Brasil guarda íntimas relações, por um lado, com as reformas econômicas chinesas, seus planos de crescimento e seus efeitos sobre a demanda por commodities. Por outro lado, as mudanças na estrutura produtiva com intensificação da produção de agropecuários e indústria extrativa contribuíram para que o Brasil passasse a ser um importante ofertante de produtos demandados pela economia chinesa.

Ao longo das duas primeiras décadas dos anos 2000, os debates sobre reprimarização da pauta exportadora, desindustrialização, doença holandesa no Brasil passaram a indicar tendências de elevação da participação de commodities, sobretudo primárias, na pauta de exportação brasileira. Nesse sentido, há evidências de participação de segmentos de maior valor agregado e de maior complexidade na estrutura industrial, com conseqüente especialização regressiva da estrutura produtiva (Nascimento, et al, 2009; Cano, 2012; Carneiro, 2008).

Além do estreitamento das relações de comércio de bens e serviços entre os dois países, a China também tem ampliado seus investimentos no Brasil, direcionando-os para vários segmentos, inclusive infraestrutura (Werner, 2020), energia, comercialização de commodities, entre outros. (Freitas; Borghi, 2024).

Diante dessas transformações mais gerais da economia brasileira, interessa-nos indagar quais são as principais transformações territoriais desencadeadas pela inserção internacional do país. Ou seja, é possível identificar mudanças na divisão inter-regional do trabalho a partir da conexão de espaços subnacionais ao mercado mundial?

Partindo do problema levantado, este artigo tem como objetivo analisar a estrutura das exportações da região Centro-Oeste do Brasil e verificar se as atividades mais dinâmicas no comércio internacional têm influenciado mudanças na estrutura produtiva e na geração de emprego formal das mesorregiões dos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. Trata-se de entender alguns aspectos territoriais da dinâmica de acumulação apontando para discussões sobre (sub)desenvolvimento e território em um contexto de transnacionalização do capitalismo, em que o Brasil mantém uma inserção subordinada e dependente na divisão internacional do trabalho.

As atividades produtivas do Centro-Oeste têm apresentado significativo dinamismo nas últimas décadas, levando essa macrorregião a apresentar um aumento de participação no PIB nacional (passando de 8,6% em 2002 para 10,3% em 2021, segundo dados das Contas Regionais). Dessa forma, o Centro-Oeste foi a região que apresentou maior crescimento de participação no PIB nacional nos últimos vinte anos¹, com crescimento significativo da agropecuária, indústria e

¹ A região Norte foi a segunda com maior ganho de participação no PIB nacional. Esse desempenho é explicado pela dinâmica econômica do estado do Pará, que ganhou 1,1 p.p. no PIB nacional em virtude das atividades de extração de minério de ferro, setor que ampliou demasiadamente as exportações para China.

serviços. O aumento da participação na indústria de transformação nacional foi mais intenso (de acordo com dados da Pesquisa Industrial Anual), passando de 3,5% em 2007 para 7,2% em 2021.

A expansão econômica da região Centro-Oeste está relacionada ao processo de desconcentração das atividades produtivas no Brasil e foi influenciada, em grande medida, por projetos governamentais que estimularam a expansão da fronteira agrícola e a ocupação de áreas na região. Nas últimas duas décadas, a elevação da demanda mundial por commodities impactou essa região notadamente pelo crescimento da demanda por soja. A região ampliou demasiadamente a produção de produtos agrícolas voltados para exportação, estreitando suas conexões com o exterior, primordialmente com a China.

A despeito do amplo debate acerca da reprimarização da pauta exportadora brasileira e da desindustrialização em nível nacional, e da existência de outros estudos que exploram os impactos gerais da relação Brasil-China, observa-se uma lacuna em análises que investigam as nuances territoriais dessas transformações em escalas subnacionais, especificamente no Centro-Oeste brasileiro, e como a dinâmica exportadora se traduz – ou não – em mudanças na estrutura produtiva e no emprego formal regionalmente. Importantes estudos analisam as mudanças nas estruturas produtivas regionais no século XXI (Brandão, 2019) e apontam para mudanças socioespaciais e setoriais desencadeadas pela expansão do agronegócio voltado para exportações nas macrorregiões brasileiras em geral (Macedo, 2010; Cardozo, 2018) e no Centro-Oeste (ou suas Unidades da Federação) em particular (Macedo, 2013; Mauro & Calaça, 2017; Paludo, 2018; Pires, 2019; Pires, 2022; Pires, 2023). O presente artigo, por sua vez, diferencia-se desses estudos ao apresentar uma contribuição que analisa as relações entre as dimensões do comércio exterior (com destaque para o mercado chinês), estrutura produtiva e emprego formal através do recorte espacial das mesorregiões do Centro-Oeste, como forma de estreitar a referida lacuna. Trata-se, também, de um estudo que se baseia em uma análise multiescalar, que considera a diversidade territorial da região analisada enquanto espaços integrados regional, nacional e internacionalmente.

Além desta introdução e das considerações finais, o artigo está organizado em mais quatro seções. A segunda seção aborda o efeito das relações da China na periferia do sistema capitalista, mostrando as fases de intensificação das relações econômicas entre aquele país e o Brasil, evidenciando como essas relações, além de comerciais, estão se fortalecendo no sentido de vinda de investimentos para o Brasil, reforçando nossas características de inserção periférica no comércio internacional. A terceira seção aborda alguns aspectos gerais da dinâmica regional brasileira, com destaque para o papel da região Centro-Oeste na divisão inter-regional do trabalho e aborda, também, o perfil das exportações da região. As diferenças territoriais dessa inserção com a análise das mesorregiões dos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, são apresentadas na seção quatro. Na quinta seção, apresentam-se informações sobre estrutura produtiva e emprego formal para verificar como a intensificação das exportações pode influenciar a estrutura produtiva e o emprego formal nas mesorregiões dos estados do Centro-Oeste.

2 Acumulação capitalista, relações Brasil – China e a inserção comercial primarizada.

Desde os anos 1970, o capitalismo tem apresentado significativas mudanças que culminaram em processos de transnacionalização que modificaram as condições de valorização do capital, com exacerbação da concorrência intercapitalista, resultando em níveis nunca vistos anteriormente de concentração e centralização de capital. O cenário pós-Bretton Woods, marcado pela ascensão do neoliberalismo, desregulamentação financeira e uma nova divisão internacional do trabalho, redefiniu o espaço e o papel do Estado nas economias periféricas. Conforme Belluzzo (1995), a crescente dominância do capital financeiro impôs severas restrições à autonomia das políticas nacionais.

No Brasil, a partir da década de 1990, essas tendências globais ganharam corpo com as reformas neoliberais do "Consenso de Washington", acelerando a internacionalização da economia. Cano (2014) analisa como a abertura comercial acelerada e a valorização cambial (âncora anti-inflacionária) expuseram a indústria nacional à concorrência externa, resultando em notável perda de competitividade com reflexos evidentes para o processo de desindustrialização.

Paralelamente, a desregulamentação financeira e as altas taxas de juros inibiram o investimento produtivo, direcionando o capital para a esfera financeira e reconfigurando o Investimento Estrangeiro Direto (IED) para setores específicos, em geral, de menor valor adicionado industrial, como serviços e *commodities*. As privatizações, por sua vez, complementaram essa reorientação, facilitando a entrada de capital estrangeiro e a concentração em setores como o agronegócio (estratégicos no comércio global, mas de baixa incorporação de valor agregado).

Essas políticas domésticas orientadas pelo Consenso de Washington contribuíram de forma decisiva para a consolidação de um modelo de integração subordinada, caracterizado pela "reprimarização" da pauta exportadora e pela "desindustrialização precoce", como apontado por Cano (2014). De forma análoga, Pinto e Cintra (2015) apontam que as reformas neoliberais reforçaram o poder econômico dos segmentos produtores de *commodities* e bancário-financeiro, acentuando a dependência e a vulnerabilidade externa do país.

A inserção do país na nova ordem internacional que se apresenta a partir do Consenso de Washington foi pautada, em grande medida, na expansão do comércio de *commodities* agrícolas e minerais. Essa articulação aos mercados globalizados, como bem destaca Pires (2023), leva a um novo estilo de desenvolvimento, guiado por "mecanismos econômicos e financeiros dos mercados globalizados" (Pires, 2023, p. 6). O autor destaca que a agricultura científica e globalizada se transforma no principal canal de propagação de progresso técnico para o setor agrícola, se intensificando com a integração, em 2001, do bloco asiático (China, Hong Kong e Macau) ao comércio internacional. Nesse contexto, esse bloco se articula ao eixo de expansão mercantil do Brasil, e se transforma no principal parceiro comercial do Centro-Oeste.

O processo de mundialização do capital que se inicia na década de 1970 e que efetivamente ganha corpo nas economias periféricas com a implementação das reformas neoliberais desde a década de 1990, constitui, portanto, importante pano de fundo para compreensão das transformações que vão sendo tecidas no bojo do subdesenvolvimento. Ele implica, explicitamente, na constituição de séria limitação para a superação deste, em vista de uma inserção cada vez mais subordinada, que se caracteriza pela vulnerabilidade externa, devido à primarização da pauta

exportadora e à dependência de capitais voláteis; pela atrofia da base industrial e tecnológica; e pela perda de autonomia do Estado.

Nesse mesmo contexto, de ascensão do neoliberalismo e mundialização do capital, é que se ampliam os deslocamentos geográficos dos capitais, de um lugar para outro (entre diferentes territórios nacionais, ou dentro de uma mesma nação), em decorrência das contradições geradas pelos processos de acumulação nos diferentes espaços nacionais (Harvey, 2014).

Como destaca Bourguignon (2012), o processo de realocação geográfica da produção mundial foi diretamente influenciado pelo fim do bloco soviético e pelas progressivas transformações na economia chinesa. Esse processo de deslocamento da atividade produtiva para novos espaços geográficos relaciona-se à afirmação de Wood (2014) sobre a necessidade de o capital expandir-se geograficamente para manter sua constante valorização. Essa constante necessidade de valorização é, a um só tempo, impulsionada pela e impulsionadora da concorrência intercapitalista, no interior da qual os diferentes capitais disputam fatias maiores da mais valia globalmente produzida.

Bourguignon ressalta que a realocação da produção em escala mundial e as mudanças no comércio internacional foram favoráveis para os países “em desenvolvimento”, seja no caso dos investimentos no setor industrial, como é o caso da China, seja em virtude do aumento da demanda por commodities primárias, como é o caso da América Latina.

A realocação produtiva do capital provoca uma espécie de redesenho da Divisão Internacional do Trabalho que, dentre outros elementos, tem por característica chave o despontamento da China no cenário mundial, não somente no plano comercial, mas também no âmbito de investimentos e concessões de empréstimos. A importância da economia chinesa nesse processo de reestruturação decorre da intensificação da incorporação das massas em seu mercado consumidor, paralelamente ao seu processo de industrialização pesada, fatores que, em última instância, culminaram em um aumento da demanda chinesa por produtos de outros países, sobretudo por alimentos, minerais e energia (Medeiros e Cintra, 2015).

O processo de abertura da China, iniciado no final da década de 1970, baseou-se em alguns eixos: a criação das Zonas Econômicas Especiais, em regiões portuárias, permitiu a entrada de capital estrangeiro sob controle estatal, possibilitando o crescimento da produção industrial com baixo custo; um processo de internacionalização, com incentivo a investimentos chineses em outros países, sobretudo nos segmentos ligados a commodities; avanço das relações diplomáticas com países periféricos (Silva, et. al., 2020).

As relações diplomáticas entre Brasil e China tiveram início nos anos 1970, mas o estreitamento das relações econômicas ocorreu, de fato, no início do século XXI, com a entrada da China na OMC juntamente com a intensificação de seu processo de industrialização, levando aquele país a ser um grande demandante de commodities produzidas pelo Brasil. Segundo Pereira (2018), as relações entre Brasil e China no século XXI se divide em duas fases: uma primeira fase baseia-se, primordialmente, no estreitamento das relações comerciais entre os dois países, alçando a China a principal parceiro comercial do Brasil a partir de 2009; a segunda fase, a partir de 2010, baseia-se em uma ampliação dos investimentos chineses no Brasil. Kupfer e Rocha (2018) destacam que a maior presença de investimentos

chineses no Brasil está relacionada a uma mudança de estratégia daquele país, que se tornou a segunda principal origem de investimentos no exterior, atrás apenas dos EUA a partir de 2015.

Segundo Kupfer & Rocha (2018), a expansão dos investimentos chineses para o Brasil guarda relação direta com a estratégia da China em ter acesso a recursos naturais. Os dados analisados pelos autores correspondem ao período de 2010 a 2016, e mostram que nesse período cerca da metade do investimento chinês realizado no Brasil destinou-se para a indústria extrativa, com ingresso de empresas petrolíferas e mineradoras no país. Os investimentos chineses no Brasil também estão presentes na comercialização de bens agrícolas, geração e transmissão de energia elétrica.

Lasco-Pereira e Libânio (2018) destacam que os investimentos chineses, além de estarem ligados a estratégias de negócios, estão articulados a interesses do país relacionados à necessidade de acesso a matérias-primas agrícolas e minerais, além de segurança alimentar e energética. Os investimentos chineses no Brasil direcionam-se para atividades estratégicas para aquele país. Segundo o Conselho Empresarial Brasil-China, 48% do valor do estoque dos investimentos confirmados entre 2007 e 2020 foram direcionados ao setor de energia elétrica, seguido por extração de petróleo e gás (28%), extração de minerais metálicos (7%), indústria manufatureira (6%), obras de infraestrutura (5%), agricultura, pecuária e serviços relacionados (3%) e atividades de serviços financeiros (2%).

No que refere à agropecuária, os investimentos chineses direcionam-se tanto para comercialização e fornecimento de produtos agrícolas, quanto fabricação de produtos químicos para a agroindústria. Além dos novos investimentos, a China também tem comprado empresas estrangeiras que operam no Brasil em várias áreas, como por exemplo a aquisição da empresa suíça Syngenta pela estatal chinesa ChemChina (CARIELLO, 2021, p.25).

Na nova fase das conexões com a economia chinesa, a região Centro-Oeste passa a ser destino de parte desses investimentos. Alguns exemplos: investimento da Molybdenum Company em mineração, com minas de extração de nióbio e fosfatos nos municípios de Catalão e Ouvidor; o Mato Grosso tem atraído projetos chineses em agricultura e serviços relacionados; além disso, na comercialização de commodities, com a aquisição global da Nidera e da Noble pela COFCO, que passou a deter ativos de tradings que já estavam em operação no estado do Mato Grosso. Trata-se, nesse caso, de uma forma de conexão do investimento chinês ao setor agropecuário brasileiro, notadamente na região Centro-Oeste (CARIELLO, 2021, p.30).

A crescente aproximação entre a China e o Brasil se desenha como um emaranhado de relações que vão muito além do comércio e das exportações. Por trás das exportações de commodities – ou seja, da expansão das fronteiras agropecuárias e minerais e conexão direta de territórios ao comércio internacional – investimentos em segmentos estratégicos para viabilizar esse estreitamento comercial e atender a interesses ligados ao desenvolvimento daquele país vêm crescendo de forma célere no Brasil. Nesse sentido, as relações de dependência comercial, tecnológica e financeira vão se intensificando, reforçando a posição periférica brasileira na divisão internacional do trabalho, uma vez que se torna muito mais complexa relativamente à histórica dependência pela exportação de

produtos primários e pela necessidade de divisas para acesso à tecnologia estrangeira, com produção comandada pelo grande capital estrangeiro (Oliveira, 1977). Trata-se de uma divisão do trabalho com dependência tecnológica (numa lógica inteiramente renovada e comandada pelas Cadeias Globais de Valor e por novas relações de trabalho e gerenciamento produtivo no âmbito da 4ª Revolução Industrial) e, especialmente, financeira (com as pressões que desta decorrem, implicando em necessidade de transferência constante de recursos para o exterior), marcada também pela entrada de capitais que viabilizam todo o circuito complexo da produção, armazenamento, comercialização e escoamento de commodities primárias.

Esse fenômeno, de forma mais geral, teve efeitos diversos sobre as economias da América Latina, de modo que a literatura aponta para complementaridades e rivalidades, ou também para os efeitos de demanda e de estrutura (Medeiros e Cintra, 2015; Pinto e Cintra, 2017). No caso brasileiro, o aumento expressivo da demanda por commodities agrícolas e minerais resultou na elevação dos preços desses bens e, considerando a estrutura produtiva e a pauta exportadora brasileira, implicou em uma melhora dos termos de troca. Ao mesmo tempo, o aumento da renda proveniente dessa quebra estrutural, ao elevar a renda do país, contribuiu também para redução da vulnerabilidade externa, a partir do acúmulo de reservas.

Todavia, os efeitos cambiais (apreciação da moeda nacional) que esse fenômeno propiciou acabou por reforçar a especialização produtiva em produtos primários, ao tornar a economia brasileira menos competitiva em preços no mercado de manufaturas e, além disso, a importação dos manufaturados chineses ampliou a concorrência com a indústria desses bens na região. Esse efeito de estrutura ou setorial é de grande importância para compreensão da regressão da estrutura produtiva na América Latina, e geralmente leva ao debate acerca da desindustrialização relativa (e precoce) e da (re) primarização (Pinto e Cintra, 2018).

Diante disso, esse processo implicou – para o Brasil, juntamente com a progressiva desindustrialização e aumento do grau de desnacionalização do que se preservou da estrutura industrial – no fortalecimento das cadeias do agronegócio e da produção mineral nacionais, provocando uma maior dependência estrutural da economia brasileira à exportação de commodities para enfrentar a histórica restrição externa ao crescimento do produto nacional (DELGADO, 2012). Como aponta Hiratuka (2024), com base em UNCTAD (2021), as relações da China com países periféricos tem suscitado debates sobre a armadilha da dependência de *commodities*, pois a grande exportação de *commodities* tem causado, entre outros problemas, dificuldades para diversificação produtiva e elevação de produtividade.

Nesse contexto, a economia brasileira tem aprofundado o caráter primário de sua inserção comercial ao mesmo tempo em que atrai investimentos diretos para setores com menores intensidades tecnológicas e para o setor de serviços. A partir da reflexão sobre o papel do Brasil na economia mundial, pareceu-nos necessário dar ênfase ao movimento da acumulação de capital que se processa espacialmente de forma irregular, seletiva e desigual, de modo a investigar de que modo a divisão inter-regional do trabalho se altera a partir da inserção externa que se configura nos anos 2000, tendo como recorte analítico a região Centro-Oeste. E assim o fizemos sob a percepção de que “o espaço é uma produção social, procurando analisar os

conflitos que se estruturam e as lutas que se travam em torno desse ambiente construído socialmente” (BRANDÃO, 2007, p. 65).

3 A região Centro-Oeste e a expansão dos laços comerciais da produção agrícola com o exterior

A dinâmica regional brasileira é marcada pela intensificação das disparidades regionais, com expressiva concentração da produção no Sudeste do país, principalmente em São Paulo. Mas, a despeito do desenvolvimento regional desigual, o processo de industrialização brasileiro integrou e diversificou o espaço econômico nacional. O crescimento industrial pós 1930 provocou, além da diversificação industrial, estímulos a outras atividades econômicas, com crescimento da agropecuária em regiões que se articularam progressivamente à dinâmica de acumulação nacional.

Cano (2011) destaca que no período de 1930 a 1970, em escalas menores em comparação aos processos que ocorriam no Paraná e em Santa Catarina, ocorreu a colonização e início da produção agropecuária no sul de Goiás e ainda em menor escala no sul do atual Mato Grosso do Sul. A “Marcha para o Oeste”, importante para esse processo, constituiu-se como uma política pública de estímulo à ocupação de espaços territoriais do que hoje conhecemos como região Centro-Oeste. A construção de Brasília e da rodovia Belém-Brasília, posteriormente, seriam outros fatores desencadeadores de estímulos à região Centro-Oeste, com expansão da fronteira agrícola e importantes fluxos migratórios.

No início dos anos 1960 houve importantes mudanças na lógica de implementação das políticas regionais e, como destaca Santos e Missio (2020), a partir da criação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), as instituições estatais passaram a ter um protagonismo no planejamento e execução das políticas de desenvolvimento regional. A SUDECO implementou diversos programas na região, com investimentos específicos em cada estado, que tinham tanto objetivos ligados diretamente a infraestrutura, para ampliação da rede rodoviária e integração da região ao mercado interno, quanto ênfase na diversificação da estrutura produtiva da região, com estímulos para a indústria e para a agropecuária.

A ocupação da região, portanto, está diretamente ligada a processos migratórios e ocupação do espaço estimulados por políticas públicas desde a Marcha para o Oeste, além da construção de Brasília que resultou na estruturação de uma malha rodoviária integrando a região Centro-Oeste ao restante do país. Destaca-se, também, como vimos, as políticas via SUDECO e outros programas que estimularam a expansão produtiva, com grande importância da produção agropecuária. A ocupação do Centro-Oeste e sua integração ao mercado interno, esteve bastante articulada aos planos nacionais de industrialização ao ser estimulada por projetos no âmbito do plano de Metas (Construção de Brasília), IPND (investimentos em infraestrutura rodoviária) e II PND (projetos para redução de desequilíbrios regionais, modernização da agricultura).

Segundo Pires (2020, p. 16),

Entre os projetos que apresentaram maior capacidade de transformação das atividades agropecuárias da região do Centro-Oeste, destacaram-se o Programa para o Desenvolvimento do Cerrado – Polocentro (1975) e o Programa Nipo-

Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado – Prodec (1985), visto que criaram as condições objetivas para o processo de modernização conservadora da região Centro-Oeste.

Ainda segundo o autor, os programas voltados para a agropecuária na região Centro-Oeste levou a uma modernização da produção, com um conjunto de instituições e políticas, promovendo melhoria das condições de produção no cerrado e investimento na expansão agrícola. Desde então, a expansão da soja em grandes áreas de cultivo e já com inserção no mercado internacional, contando com sistema de crédito e de pesquisa com amparo para aperfeiçoamento da produção.

Conforme ilustra Pires (2020, p. 18),

Isso significa que, no período 1970-1985, a taxa de crescimento da produção de arroz em casca em Mato Grosso foi de 3,2% ao ano (a.a.), enquanto em Goiás foi de -1% a.a. Já no caso do feijão, Mato Grosso apresentou uma taxa de crescimento de 3% a.a., ao mesmo tempo que em Goiás foi de 1,2% a.a. Por sua vez, a produção de milho em Mato Grosso cresceu a 0,6% a.a. e, em Goiás, a 7% a.a. Já a cultura da soja apresentou uma expansão de 37% a.a. em Mato Grosso e 37,1% a.a. em Goiás. Esses dados indicam que houve um forte avanço na produção de soja nos estados do Centro-Oeste e uma redução na produção de culturas típicas do mercado interno como são os casos do arroz em casca e do feijão.

Verifica-se, portanto, uma relação direta entre a ocupação do Centro-Oeste e o processo de acumulação de capital guiado pelo processo de industrialização, ao passo que a região vai assumindo funções estratégicas no modelo de industrialização brasileiro. Durante os planos de industrialização (Plano de Metas, IPND, IIPND) essa região foi sendo ocupada e integrada ao mercado interno e foi se estruturando uma agricultura moderna de exportação.

Essa agricultura moderna de exportação foi estratégica nos anos 1980, em que o país implementou um ajuste exportador para fazer frente aos impactos negativos da crise da dívida externa. A expansão da produção agropecuária, como ressalta Pires (2020), foi acompanhada de investimentos industriais em segmentos de processamento de sementes, comercialização e alimentos.

Nos anos 1990, com a abertura comercial e a financeirização, a região Centro-Oeste ampliou sua inserção internacional, em grande medida comandada por conglomerados agroindustriais e grandes empresas estrangeiras de comércio internacional. Nos anos 2000 esse processo de articulação do Centro-Oeste aos mercados globalizados se intensificou, com expressivo papel do Estado para viabilizar a modernização da produção de grãos voltados para exportação. Os eixos de Integração Nacional, ainda no governo FHC, definiram corredores de escoamento de exportações, seguindo uma lógica de articulação de frações do território nacional aos mercados internacionais. Em 2007 foi lançado o PAC, com várias obras de infraestrutura de transporte e energia, direcionando investimentos em rodovias, ferrovias, aeroportos, usinas hidrelétricas para várias frações do território da região Centro-Oeste. Os investimentos em infraestrutura visavam, inclusive, alternativas para o escoamento de grãos pelo Norte do país, reduzindo a dependência da saída pelos portos do SUDESTE. Soma-se a esses investimentos, o papel do BNDES no fornecimento de crédito subsidiado e financiamento de infraestrutura, além do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) e o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO) (Dentz, 2018; BNDES, 2014). Outro importante fator de continuidade de expansão da fronteira agrícola para a região na fase do capitalismo globalizado e transnacionalizado consistiu na intensificação da mecanização, do uso de conhecimentos científicos e da tecnologia na produção

agropecuária, com processos de melhoramento de sementes, intensificação de implementos agrícolas e agrotóxicos, com consequente aumento de produtividade (Bernardes, 2015).

Na primeira década do século XXI consolida-se o projeto iniciado nos anos 1970 de expansão da produção, no Cerrado brasileiro, de grãos voltados para exportações (Freitas et. all., 2023). Como observam esses autores, nos anos 2000 avançaram projetos de associação entre capital estrangeiro e capital nacional para aquisição de terras, evidenciando o objetivo de controlar recursos estratégicos (solo e água) para a acumulação de capital. Nesse contexto, avançaram discussões e práticas para flexibilização das leis ambientais, com o intuito de facilitar a expansão do uso do solo voltado para a produção de *commodities* agrícolas de exportação.

Nesse sentido, a crescente articulação à economia chinesa está ancorada em uma “modernização conservadora” da região Centro-Oeste, viabilizada por um conjunto de políticas que vão desde a construção de infraestrutura, crédito agrícola, incentivos fiscais, ao mesmo tempo em que é conservada a concentração fundiária, flexibilização ambiental, com investimento em infraestrutura desrespeitando demarcações de terras de povos originários. Soma-se a isso um enfraquecimento dos centros internos de decisão, à medida que esse processo é articulado, em vários sentidos, ao capital transnacional: que comanda a compra, o beneficiamento de sementes, o financiamento, os mercados futuros, parte da infraestrutura (com investimentos chineses, inclusive), operam terminais de transbordo, estão presentes na comercialização através das *trading companies*. Ou seja, a agricultura científica, moderna e globalizada é mais um braço do nosso capitalismo periférico, dependente e transnacionalizado.

As transformações na acumulação capitalista nas últimas quatro décadas, juntamente com reformas neoliberais no Brasil, levaram a inserção do país ao que Pires (2023) chama de agricultura científica globalizada, em um processo que, além do claro destino de grande parte da produção agrícola para a exportação, utiliza de tecnologia moderna importada, possui relações com as finanças internacionais, e sua comercialização passa por grandes *trading companies*. A produção de soja, desde o início do processo de ocupação do cerrado, foi a cultura de maior destaque e à medida que as mudanças no sistema capitalista se intensificaram e a demanda por esse produto cresceu no mercado internacional, expandiu-se, também, a produção dessa cultura, conectada de várias formas com o exterior.

A Tabela 1 ilustra a ampliação da importância dos estados da região Centro-Oeste no comércio internacional do país. Destaque deve ser dado às exportações do estado do Mato Grosso, que em 2003 correspondiam a 1,5% do total nacional, passando a 8% em 2020. Esse estado também é o principal exportador da região, com 56,3% das exportações regionais em 2020.

Em 2000, aproximadamente 3% das exportações do estado do Mato Grosso eram direcionadas para a China. Em 2003, a importância do mercado chinês para o estado do Mato Grosso passou a 12,9%, chegando em 19,8% em 2008 e 31,7% em 2013, patamar que se mantém até os anos mais recentes. O mesmo movimento de expansão das exportações para China pode ser observado, também, para Goiás e Mato Grosso do Sul. No caso de Goiás, a participação da China nas exportações estaduais, que correspondia a 4,6% em 2003, passou a 43,8% em 2020. O estado do

Mato Grosso do Sul teve a importância do mercado chinês como destino das suas exportações ampliada de 5,9% em 2003 para 45,4% em 2020.

Além do crescimento do mercado chinês como parceiro comercial desses estados, o padrão de inserção comercial é caracterizado pela baixa diversificação das exportações, com grande peso de produtos primários. Além disso, do ponto de vista territorial, as conexões com a China se dão a partir de algumas frações territoriais desses estados, mostrando que os ganhos do comércio exterior são espacialmente concentrados.

Tabela 1 - Participação relativa das exportações dos estados do MT, MS e GO nas exportações do Brasil, nas exportações da região Centro-Oeste; participação relativa das exportações para China no total de exportação estadual (em %), anos selecionados 2003 a 2020.

Estados	% nas exportações nacionais					% nas exportações da Região CO					% nas exportações para China				
	2003	2008	2013	2018	2020	2003	2008	2013	2018	2020	2003	2008	2013	2018	2020
Mato Grosso	1,5	2,5	5,1	4,5	8,0	57,6	55,2	55,8	54,8	56,3	12,9	19,8	31,7	33,6	29,9
Mato Grosso do Sul	0,4	0,8	1,6	1,7	2,1	13,1	14,8	18,4	19,2	18,0	5,9	18,2	31,0	50,2	45,4
Goiás	0,9	1,4	2,0	2,3	3,5	28,9	28,9	24,8	25,1	25,1	4,6	18,8	27,6	38,8	43,8

Fonte: ComexStat, 2024 (Elaborações dos autores).

A região Centro-Oeste, nos anos 2000, foi uma das mais impactadas pelo boom de commodities. Como ilustra a Tabela 1, desconsiderando o Distrito Federal, a região passou a ter uma participação de aproximadamente 14% nas exportações nacionais e mais de 17% nas exportações para a China. Se considerarmos os dados mais recentes, que não estão na tabela, a participação do Centro-Oeste nas exportações brasileiras para a China chegou a cerca de 25%.

Esse crescimento das exportações do Centro-Oeste, ligado ao desenvolvimento de uma agricultura moderna e globalizada e à expansão da fronteira agrícola, foi acompanhado de um processo de desconcentração regional. Diniz e Mendes (2021) destacam, através da análise sobre Áreas Industriais Relevantes (AIRs), a ampliação das aglomerações industriais que alargam o polígono original definido em Diniz (1993), identificando novas AIRs no Centro-Oeste, sendo que parte delas está predominantemente nos setores agroindustriais. O autor destaca três novas AIRs no sudoeste do Mato Grosso do Sul (Três Lagoas, Dourados e Iguatemi) e uma no sudoeste de Goiás (Rio Verde), com agroindústria semelhante à agroindústria do oeste dos estados do Paraná e São Paulo. Com perfil um pouco mais diversificado, o autor destaca a microrregião de Catalão, com produção de produtos automotivos, tratores e insumos agrícolas. Diniz ressalta dois elementos importantes: essas cinco AIRs podem ser consideradas como um “alargamento da área industrial mais densa e consolidada do país, acompanhando a fronteira agropecuária que se desloca para o Centro-Oeste” (Diniz, 2021, p. 18). Com uma dinâmica produtiva diferente dessas cinco AIRs mais ligadas à agroindústria e apresentando maior densidade e diversificação industrial, o estado de Goiás possui as AIRs de Goiânia e Anápolis.

O Centro-Oeste, em suma, é a região de maior crescimento nos anos 2000, moldando um processo de desconcentração produtiva que tem como um dos principais fatores explicativos a expansão da fronteira agrícola guiada por atividades exportadoras de grande escala e com grande concentração fundiária. Como observa Macedo (2010), existem múltiplas dimensões da problemática

urbana e regional no Brasil. O autor destaca que o comércio internacional é uma dimensão importante para análise, pois

(...) ainda que não tenha garantido um padrão macroeconômico de crescimento sustentado de sua economia, o crescimento do comércio exterior brasileiro vem sendo importante para a configuração urbano-regional do país, reforçando especializações regionais e levando a adaptações do território para articular as produções locais descentralizadas ao mercado externo, reforçando o processo de desconcentração produtiva regional. Macedo (2010, p. 90)

Reconhecendo o comércio internacional como importante dimensão do desenvolvimento regional, as próximas seções trazem uma análise qualitativa de dados de exportação, estrutura produtiva e emprego das mesorregiões dos estados que compõem a região Centro-Oeste para identificar possíveis processos de primarização das estruturas produtivas desencadeadas pela articulação dos territórios ao comércio internacional. Além disso, pretende-se analisar os vínculos de trabalho formal por setor de atividade para verificar se a ampliação das exportações e produção de primários refletem na geração de emprego formal.

4 Análise do comércio exterior das mesorregiões dos estados da região Centro-Oeste

Para entendermos o aprofundamento das conexões comerciais da região Centro-Oeste com o exterior, particularmente com a China, analisaremos o perfil das exportações das mesorregiões dos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. A opção pela análise das mesorregiões foi feita para identificar como as transformações territoriais desencadeadas por essa maior articulação externa se dão de forma heterogênea ao identificar e compreender quais são os espaços que mais se articulam ao exterior dentro da região Centro-Oeste. Além disso, é possível identificar as transformações no que se refere à estrutura produtiva e ao mercado de trabalho para responder ao questionamento que norteia este artigo: quais são as mudanças territoriais que o estreitamento dos laços econômicos entre a região Centro-Oeste e o exterior, especialmente o comércio com a China, pode causar em termos de estrutura produtiva e emprego formal?

A respeito das referidas transformações, cumpre reforçar que estas são reflexo direto de um modelo de inserção internacional periférica, conforme já discutido na seção 2, que se interliga às reformas neoliberais empreendidas na América Latina na década de 1990, e à crescente demanda chinesa por *commodities* que ocorre nas duas décadas posteriores, provocando uma relevante reconfiguração da divisão inter-regional do trabalho.

Para análise do comércio exterior que se pretende neste trabalho, os dados obtidos seguiram a classificação da Nomenclatura Sistema Harmonizado (SH)², em seções. Para as Tabelas 3, 4 e 5 fizemos a correspondência das seções do Sistema Harmonizado para as seções da Classificação Nacional das Atividades Econômicas

² “O Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias, ou simplesmente Sistema Harmonizado (SH), é um método internacional de classificação de mercadorias, baseado em uma estrutura de códigos e respectivas descrições, criado em 1988. Este sistema foi criado para promover o desenvolvimento do comércio internacional, assim como aprimorar a coleta, a comparação e a análise das estatísticas, particularmente as de comércio exterior”. (SECEX, 2020, p. 21).

(CNAE), indicando se as exportações correspondiam a produção agropecuária, indústrias extrativas ou indústrias de transformação³.

As exportações de todas as mesorregiões do estado do Mato Grosso apresentaram crescimento vigoroso a partir de 2009, com intensificação das exportações para a China, mas as conexões comerciais com o exterior ocorrem de forma desigual. Nesse processo, a mesorregião Norte Mato-grossense ampliou as exportações, passando a ser a maior exportadora do estado. Essa mesorregião apresenta baixa diversificação da sua pauta exportadora, com cerca de 77,5% das suas exportações em 2020 sendo correspondentes a produtos do reino vegetal (Seção II do Sistema Harmonizado, conforme ilustrado na Tabela 3), com predominância na exportação de soja. O crescimento das exportações de soja pela mesorregião Norte Mato-grossense coincide com a intensificação das relações comerciais com a China, com destaque para municípios com importantes nexos internacionais via comércio, como Sorriso e Sinop. Segundo Santos (2019, p. 77),

Sendo o Norte Mato-grossense (...) a zona mais quente da geografia de produção da soja brasileira – e quiçá do mundo, considerando que o Brasil tem sido a maior fronteira global conquistada pela soja nas últimas décadas (juntamente com a Argentina e o Paraguai, mas estas em escala muito menor) – as dinâmicas de ocupação dessa região pela soja têm implicações diretas na constituição do Cerrado como região global e nas pressões sobre a produção de espaços logísticos irradiando a partir do Brasil Central.

Isso quer dizer que a expansão da soja, embora impulsionadora de volumes importantes de exportação, os quais, por sua vez, exibem impacto relevante para o saldo da Balança Comercial, bem como para o Balanço de Transações Correntes, responde, por outro lado, por contradições territoriais, conforme discutido por Harvey (2014) sobre a expansão geográfica do capital, e suscita questionamentos preocupantes acerca dos custos socioambientais de tal modelo de desenvolvimento.

A mesorregião do Sudeste Mato-grossense é a segunda maior exportadora do estado, com cerca de 50% das exportações sendo de produtos do reino vegetal (Tabela 3), principalmente soja e milho, com mais de 75% de suas exportações direcionadas para a China.

Seguindo na análise da expansão das exportações da região Centro-Oeste, o estado do Mato Grosso do Sul também ampliou suas conexões com o exterior, embora seja a Unidade da Federação da região Centro-Oeste com menor participação nas exportações brasileiras. Embora não tenha uma participação tão expressiva nas exportações nacionais (2,1% em 2020, conforme Tabela 1), as conexões com a China se elevaram e explicam o movimento de ampliação do comércio internacional daquele estado.

³ De acordo com Oliveira (2022, p. 14), “o IBGE faz ressalva importante ao esclarecer que a classificação de atividades econômicas organiza as unidades de produção; e as classificações de produtos ordena as transações de consumo intermediário, consumo final, formação de capital e os fluxos de importação e exportação de mercadorias e serviços. O instituto aponta que não é possível estabelecer a relação um por um na correspondência entre atividades e produtos, uma vez que a classificação de atividades econômicas, mesmo no detalhe maior, não se destina a medir a produção de produtos, papel exclusivo das classificações de produtos. Todavia, as classificações de produtos, mesmo quando organizadas por princípios distintos dos da atividade econômica de origem, consideram a origem da produção, permitindo, assim, estabelecer a correspondência entre as classificações de atividades e de produtos”.

A mesorregião que mais se destaca nas exportações do Mato Grosso do Sul é a Mesorregião Leste, responsável por mais de 65% das exportações do estado (Tabela 2). Nessa mesorregião, o município de Três Lagoas vem recebendo importantes investimentos no segmento de fabricação de papel e celulose, investimentos esses que estão sendo beneficiados por importantes incentivos fiscais oferecidos pelo governo estadual. Apesar da inserção comercial do Mato Grosso do Sul ter características diferentes daquela apresentada pelo estado do Mato Grosso, com participação de produtos com algum grau de transformação industrial, a dependência em relação ao mercado chinês se faz presente. Desde o início das atividades ligadas à produção de papel e celulose na mesorregião do Leste do Mato Grosso do Sul, são crescentes as exportações para a China, que, em 2020, correspondia a 60% do mercado de papel e celulose exportado pela mesorregião. Apesar de envolver algum grau de processamento industrial, essa produção, fortemente ligada à matéria-prima (eucalipto), exemplifica como mesmo o investimento industrial na região pode se manifestar em um perfil de baixa complexidade tecnológica e inserção subordinada nas cadeias globais de valor, características de uma inserção internacional periférica.

No estado de Goiás as exportações estão bastante concentradas na mesorregião do Sul Goiano, tratando-se de região bastante caracterizada pela produção agrícola de grande extensão e de baixa diversificação, sendo uma região para onde a cultura da soja tem se expandido de forma bastante significativa. Dos três estados da região Centro-Oeste, Goiás é o que apresenta maior concentração das exportações em uma mesorregião, sendo que em 2020 cerca de 67,2% das exportações do estado eram provenientes da mesorregião do Sul Goiano (Tabela 2).

Tabela 2: Participação das exportações das mesorregiões nas exportações totais dos estados da região Centro-Oeste (em %)

	2003	2008	2013	2018	2020	2021	2022
Mesorregiões Mato Grosso							
Centro-Sul	49,0	12,5	8,9	11,8	4,7	5,4	6,2
Nordeste Mato-grossense	4,5	9,1	10,3	10,5	14,8	15,1	16,4
Norte Mato-grossense	18,9	47,1	53,2	48,8	51,4	49,7	47,8
Sudeste Mato-grossense	24,0	25,8	21,5	23,6	23,2	23,7	23,9
Sudoeste Mato-grossense	3,5	5,5	6,0	5,4	6,0	6,1	5,8
Mesorregiões Mato Grosso do Sul							
Centro Norte de Mato Grosso do Sul	11,4	26,2	21,5	15,8	19,0	22,8	25,1
Leste de Mato Grosso do Sul	4,9	9,8	50,3	71,5	71,7	67,1	64,9
Pantanal de Mato Grosso do Sul	5,8	17,5	15,4	9,4	8,0	9,0	9,1
Sudoeste de Mato Grosso do Sul	77,9	46,5	12,8	3,4	1,3	1,2	0,9
Mesorregiões Goiás							
Centro Goiano	27,4	14,9	25,9	25,6	18,5	18,9	16,1
Leste Goiano	2,8	11,1	10,2	4,4	8,7	7,8	7,9
Noroeste Goiano	7,0	5,0	4,5	10,6	9,4	9,4	4,1
Norte Goiano	7,0	20,5	11,9	9,3	6,7	8,1	4,7
Sul Goiano	55,9	48,5	47,5	50,2	56,7	55,9	67,2

Fonte: ComexStat, 2024 (Elaboração dos autores)

A Tabela 2 ilustra como as diferentes mesorregiões dos estados do Centro-Oeste brasileiro estão inseridas no circuito do comércio internacional, evidenciando que em cada estado há aquelas mesorregiões que se destacam mais que outras. Todas essas mesorregiões, inclusive a Leste de Mato Grosso do Sul, que é importante exportadora de produtos de papel e celulose, classificado como

indústria de transformação, possuem o mercado chinês como o principal destino das suas exportações.

As Tabela 3, 4 e 5 apresentam as principais seções do Sistema Harmonizado, a partir das quais estão classificados os produtos exportados. Além do Norte Matogrossense, no Mato Grosso as mesorregiões Centro-sul, Nordeste e Sudoeste Mato-Grossense também possuem uma pauta de exportação altamente primarizada. Percebe-se o processo de primarização das exportações das mesorregiões do estado do Mato Grosso ao longo das duas primeiras décadas do século XXI, intensificado pelo fortalecimento das relações mercantis com a China. Além disso, as exportações estão concentradas em poucos produtos, caracterizado pela produção agrícola em grande escala.

A única mesorregião que apresenta alguma participação de produtos industrializados é o Sudeste Mato-grossense, com participação das Seções IV e XI, produtos alimentícios e bebidas e produtos têxteis, respectivamente, tratando-se de indústria mais leve, de menor valor agregado e com significativo encadeamento com atividades agropecuárias.

Tabela 3: Seções com maior participação no total das exportações das mesorregiões do estado de Mato Grosso (em %).

Mesorregiões	Setores Econômicos *	Seções**	2003	2008	2013	2018	2020
Centro Sul Matogrossense	Agropecuário	Seção I	5,0	1,8	5,0	12,9	36,3
		Seção II	60,1	63,4	65,1	59,7	2,1
	Ind. Extrativa	Seção XIV	0,0	0,6	0,1	2,8	29,1
Nordeste Matogrossense	Agropecuário	Seção I	51,1	28,6	17,0	24,5	9,5
		Seção II	33,9	55,4	66,7	68,9	90,4
Norte Matogrossense	Agropecuário	Seção I	1,1	1,5	5,9	5,8	4,6
		Seção II	33,6	70,9	77,3	74,5	77,5
Sudeste Mato Grossense	Agropecuário	Seção II	16,4	36,7	49,8	39,7	46,6
		Ind. Transformação	Seção IV	52,0	37,4	36,5	41,6
	Seção XI		20,9	12,1	5,2	12,7	17,7
Sudoeste Matogrossense	Agropecuário	Seção I	58,7	27,7	33,7	64,0	72,8
		Seção II	2,6	31,6	26,6	19,6	10,9
	Ind. Transformação	Seção XIV	0,0	26,0	38,5	14,7	13,1

Fonte: ComexStat, 2024 – elaboração dos autores

* Com base na Classificação Nacional das Atividades Econômicas - CNAE

** Seções do Sistema Harmonizado – SH

No estado do Mato Grosso do Sul, além de uma grande concentração espacial das exportações na mesorregião Leste, percebe-se, assim como nos demais estados, baixa diversificação das exportações nas mesorregiões do estado. Com base na Tabela 4 verifica-se, no Sudoeste do Mato Grosso do Sul, crescente concentração em exportações das Seções I e II (produtos do reino animal e do reino vegetal, respectivamente) com ampliação das exportações da seção II. Na mesorregião dos Pantanais de Mato Grosso do Sul o destaque é mais para as seções V e XV (produtos minerais e metais, respectivamente), consolidando um caráter extrativo. Na mesorregião do Centro Norte do Mato Grosso do Sul, destaca-se a grande importância das exportações de produtos provenientes da seção I.

Tabela 4: Seções com maior participação no total das exportações das mesorregiões do estado de Mato Grosso do Sul (em %).

Mesorregiões	Setores Econômicos *	Seções**	2003	2008	2013	2018	2020
Centro Norte de Mato Grosso do Sul	Agropecuário	Seção I	38,9	38,3	61,5	63,5	60,0
		Seção II	8,3	9,1	15,1	16,7	16,1
	Ind. Transformação	Seção IV	0,5	13,0	7,7	9,0	14,9
Leste de Mato Grosso do Sul	Agropecuário	Seção I	45,5	37,9	13,2	9,4	9,8
		Seção II	0,3	16,6	9,5	4,2	6,7
	Ind. Transformação	Seção X	1,1	0,2	65,9	80,6	70,9
Pantanaís de Mato Grosso do Sul	Agropecuário	Seção I	0,2	0,0	0,1	11,6	19,0
		Ind. Transformação	Seção V	71,1	75,0	91,3	73,9
			Seção XV	20,1	11,5	0,6	3,7
Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Agropecuário	Seção I	22,9	36,7	24,7	28,4	23,7
		Seção II	18,5	27,5	35,4	58,0	52,6
	Ind. Transformação	Seção IV	35,1	19,6	32,3	7,7	19,6

Fonte: ComexStat – elaboração dos autores

* Com base na Classificação Nacional das Atividades Econômicas - CNAE

** Seções do Sistema Harmonizado – SH

A tabela 5 apresenta as seções com maior proeminência nas exportações das mesorregiões do estado de Goiás. O estado de Goiás apresenta uma rede urbana com grande concentração de municípios e atividades econômicas mais diversificadas no Centro Goiano, sendo nesta mesorregião que se encontra a região metropolitana de Goiânia e o município de Anápolis. Nessa mesorregião, em 2020, cerca de 30,8% das exportações eram do reino animal (carnes) e 12% eram de produtos da indústria de transformação, como alimentos, bebidas (seção IV).

O Leste Goiano, apesar de ter uma densidade demográfica significativa no entorno de Brasília, possui uma baixa diversificação das exportações, com predominância de exportações de produtos agrícolas. Na mesorregião do Sul Goiano, que concentra a maior parte das exportações do estado, mais de 50% das exportações eram do reino vegetal.

Tabela 5: Seções com maior participação no total das exportações das mesorregiões do estado de Goiás (em %).

Mesorregiões	Setores Econômicos*	Seções**	2003	2008	2013	2018	2020
Centro Goiano	Agropecuário	Seção I	56,6	49,8	26,5	25,3	30,8
		Seção II	12,6	0,2	3,7	12,3	2,0
	Ind. Transformação	Seção IV	12,9	12,3	24,8	6,4	12,0
		Seção VIII	12,1	27,2	9,6	7,4	2,3
Leste Goiano	Agropecuário	Seção II	36,1	77,2	88,9	67,3	89,7
Noroeste Goiano	Agropecuário	Seção I	66,8	96,4	95,9	70,3	71,6
	Ind. Transformação	Seção XIV	33,1	0,0	0,0	29,6	28,3
Norte Goiano	Ind. Transformação	Seção V	80,6	96,5	100,0	98,9	86,4
Sul Goiano	Agropecuário	Seção II	51,1	34,9	38,4	36,9	56,6
	Ind. Transformação	Seção IV	30,9	25,2	25,5	25,7	17,5

Fonte: ComexStat, 2024 (Elaboração dos autores)

* Com base na Classificação Nacional das Atividades Econômicas - CNAE

** Seções do Sistema Harmonizado – SH

Em síntese, haja visto a importância crescente das exportações brasileiras para a China a partir do início do século XXI, verificou-se uma ampliação das conexões das distintas mesorregiões dos estados da região Centro-Oeste com aquele país, principalmente daquelas mesorregiões produtoras de grãos, com destaque para a soja. No caso da região Centro-Oeste verifica-se, de forma clara, a primarização das pautas exportadoras das mesorregiões das Unidades da

Federação. Verifica-se, também, que mesmo aquelas mesorregiões que apresentam um peso relativo significativo de exportações de produtos da indústria de transformação, comercializam produtos com bastante ligação ao setor agropecuário – alimentos, bebidas, papel e celulose, por exemplo – e esses produtos são comercializados, em grande medida, com o mercado chinês.

Aqui importa considerar que, a despeito do forte impacto do mercado chinês nessa dinâmica primarizante das mesorregiões do Centro-Oeste, convém lembrar, numa perspectiva histórico-estrutural, que, embora o modelo econômico brasileiro tenha avançado para uma fase industrial com Vargas e Juscelino, continuou dependente estruturalmente da capacidade (a partir dos anos 1960) particularmente do agronegócio gerar divisas no comércio internacional (Nascimento, et. all, 2023), dependência que Delgado (2012) atribui a um pacto de economia política entre o Estado e capitais (industrial, agrário, etc) o qual, segundo esse autor, é reeditado sob a onda neoliberal-financeira dos anos 1990 e que persiste nos anos 2000. O papel da China, nesse contexto de profunda dependência de demanda externa por commodities primárias, tão somente confirma e acentua o referido pacto.

Nas próximas seções analisaremos em que medida a inserção internacional dessas mesorregiões podem influenciar as estruturas produtivas e de emprego nas mesorregiões dos estados do Centro-Oeste.

5. Transformações produtivas e no mercado de trabalho formal das mesorregiões dos estados da região Centro-Oeste

Com o objetivo de entender como as relações de comércio exterior, fortalecidas ao longo de duas décadas com o estreitamento das conexões com a China, podem desencadear processos de geração de efeitos dinâmicos internos, a Tabela 6 apresenta a composição do Valor Adicionado Bruto (VAB) das mesorregiões do estado do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás.

No estado de Mato Grosso há indícios de fortes relações entre a primarização da pauta de exportação de suas mesorregiões, com a elevada participação das atividades agropecuárias na estrutura produtiva estadual. As tendências observadas para as mesorregiões do Mato Grosso são distintas daquelas apresentadas pela média nacional: enquanto a participação das atividades agropecuárias no VAB para o Brasil correspondia a cerca de 7,7% em 2020, todas as mesorregiões do estado possuíam uma participação do setor agropecuário muito superior à média nacional, com exceção da mesorregião Centro Sul. Nesse sentido, a inserção desse estado no comércio internacional tem reforçado uma especialização produtiva regressiva e, de fato, uma primarização, também, da estrutura de produção.

Nos casos do Mato Grosso do Sul e Goiás são observadas tendências similares à do estado do Mato Grosso, com importância do setor agropecuário muito maior que na estrutura produtiva nacional. Entretanto, no geral, a participação do setor agropecuário é um pouco menor nesses estados em comparação ao Mato Grosso. No caso específico do Mato Grosso do Sul há tendência à primarização da estrutura produtiva da maior parte das suas mesorregiões. Essa elevação da participação agropecuária no VAB, aliada à estrutura exportadora apresentada anteriormente, corrobora a tese da

especialização regressiva (Cano, 2012; Carneiro, 2008) e a consolidação de um modelo produtivo que, embora dinâmico em termos de volume, revela sua incapacidade para promover um desenvolvimento regional equilibrado e diversificado a longo prazo.

No estado de Mato Grosso do Sul, a mesorregião Leste é a que apresenta (e em toda a região Centro-Oeste) a maior participação da indústria em sua estrutura produtiva, com cerca de 40% no VAB total. Essa participação significativa, no entanto, não corresponde a uma diversificação produtiva, mas sim à participação expressiva das empresas produtoras de papel e celulose, que recebem incentivos fiscais estaduais.

No estado de Goiás, estado com maior diversificação produtiva na região Centro-Oeste, as mesorregiões com maiores participações da indústria no VAB são do Centro, Sul e Norte Goiano. No Centro, por ser uma região com maior densidade econômica e demográfica, com maior diversificação das atividades produtivas, com destaque para a produção do setor automotivo e de fármacos em Anápolis. O Sul Goiano, com importantes frigoríficos, com produção industrial bastante ligada às atividades agropecuárias, mas também com produção de automóveis e tratores no município de Catalão. O Norte Goiano, apesar do destaque do peso da indústria na sua estrutura produtiva (Tabela 6), apresenta características distintas do Sul e do Centro Goiano, com PIB correspondendo a aproximadamente 4% do PIB estadual, à medida que as mesorregiões do Centro Goiano e do Sul Goiano concentram, respectivamente, cerca de 48% e 34% do PIB estadual. A atividade industrial no Norte Goiano corresponde à indústria extrativa e à indústria de transformação leve, com ligações a atividades agropecuárias.

Tabela 6: Composição do Valor Adicionado Bruto (VAB) de Brasil e Mesorregiões do Centro-Oeste (em %).

Brasil e mesorregiões	Grandes setores	2003	2008	2013	2018	2020
Brasil	Agro	7,2	5,4	5,3	5,2	6,6
	Indústria	27,0	27,3	24,9	21,8	22,5
	Serviços	65,8	67,3	69,9	73,0	70,9
Norte Mato-grossense	Agro	43,3	35,9	33,5	30,3	40,2
	Indústria	12,1	11,5	15,8	14,4	16,0
	Serviços	44,6	52,6	50,8	55,4	43,8
Nordeste Mato-grossense	Agro	40,3	32,1	36,0	31,8	42,8
	Indústria	8,6	7,9	10,1	9,0	8,9
	Serviços	51,2	60,0	53,9	59,2	48,3
Sudoeste Mato-grossense	Agro	28,8	21,0	28,6	20,0	22,7
	Indústria	23,2	22,2	18,3	20,5	22,7
	Serviços	48,0	56,7	53,1	59,5	54,5
Centro-Sul Mato-grossense	Agro	4,2	3,1	3,7	3,7	4,2
	Indústria	19,0	15,6	20,2	14,7	17,7
	Serviços	76,7	81,3	76,1	81,6	78,1
Sudeste Mato-grossense	Agro	38,5	24,7	25,9	21,4	26,9
	Indústria	14,9	20,1	20,1	21,7	22,6
	Serviços	46,6	55,2	53,9	56,9	50,5
Pantaneais Sul Mato-grossense	Agro	28,4	19,3	15,4	14,7	18,7
	Indústria	8,2	15,7	20,0	12,6	11,1

	Serviços	63,5	65,0	64,6	72,7	70,2
Centro Norte de Mato Grosso do Sul	Agro	14,4	9,8	8,3	9,6	12,4
	Indústria	15,2	14,4	16,2	14,0	14,6
	Serviços	70,5	75,8	75,4	76,3	72,9
Leste de Mato Grosso do Sul	Agro	38,8	24,3	22,1	21,8	26,2
	Indústria	28,1	31,4	38,5	42,0	39,0
	Serviços	33,1	44,3	39,5	36,2	34,8
Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Agro	37,8	27,4	25,6	27,4	32,4
	Indústria	11,1	11,7	16,3	16,0	15,7
	Serviços	51,1	60,8	58,1	56,7	51,9
Noroeste Goiano	Agro	32,7	27,2	28,2	25,7	30,8
	Indústria	13,9	14,3	18,7	15,0	18,2
	Serviços	53,3	58,5	53,1	59,3	51,0
Norte Goiano	Agro	12,9	10,8	14,9	15,2	22,0
	Indústria	45,3	44,5	35,0	28,5	24,8
	Serviços	41,9	44,7	50,1	56,2	53,2
Centro Goiano	Agro	4,3	2,9	3,2	2,9	3,8
	Indústria	23,4	25,4	25,3	20,4	23,2
	Serviços	72,2	71,7	71,5	76,7	73,0
Leste Goiano	Agro	18,2	13,6	15,4	12,9	18,4
	Indústria	13,9	17,1	16,9	13,6	16,1
	Serviços	67,9	69,3	67,8	73,5	65,5
Sul Goiano	Agro	27,0	19,8	24,1	23,0	26,4
	Indústria	28,7	33,3	28,9	23,5	27,3
	Serviços	44,2	46,9	47,0	53,6	46,3

Fonte: IBGE, PIB dos municípios, 2024 (Elaboração dos autores).

A Tabela 7 mostra como as atividades agropecuárias, que mais se destacam nas exportações e nas estruturas produtivas dos estados e de várias mesorregiões da região Centro-Oeste, não têm efeitos na mesma proporção para geração de emprego formal. As atividades agropecuárias brasileiras, especialmente as voltadas para o comércio internacional, permanentemente, desde a década de 1960, experimentam rodadas de modernização calcadas no crescente uso intensivo de inovações mecânicas, químicas e biológicas que, de um lado, elevam a produtividade total dos fatores de produção na agropecuária e, de outro, por consequência, poupam fortemente a mão-de-obra empregada nessas atividades (Balsadi, 2007; Staduto, *et. all*, 2004; Gasques, *et. all*, 2012).

Essa 'poupança de mão-de-obra', inerente à modernização agrícola intensiva em capital, revela uma das principais contradições do modelo de desenvolvimento regional impulsionado pela reprimarização, qual seja, a de que o dinamismo produtivo do setor não se traduz em igual capacidade de absorção de trabalho, gerando um descompasso entre crescimento econômico e inclusão social.

Tabela 7: Distribuição do estoque de emprego por setor de atividade nas mesorregiões do Centro-Oeste (em %)

Mesorregiões	Setores	2003	2008	2013	2018	2020
Norte Mato-grossense	Agro	19,3	20,8	19,7	22,1	21,7
	Indústria	29,2	26,1	24,9	20,6	21,5
	Serviços	51,5	53,1	55,4	57,3	56,8
Nordeste Mato-grossense	Agro	24,9	23,7	24,1	25,8	27,5
	Indústria	16,4	22,7	20,6	17,8	12,8

	Serviços	58,6	53,6	55,2	56,4	59,7
Sudoeste Mato-grossense	Agro	16,8	19,8	17,8	20,0	19,9
	Indústria	34,5	29,0	28,3	24,3	24,6
	Serviços	48,7	51,2	53,9	55,6	55,5
Centro-Sul Mato-grossense	Agro	2,7	3,0	2,9	3,4	3,5
	Indústria	14,8	17,8	18,6	13,4	14,9
	Serviços	82,5	79,2	78,5	83,2	81,6
Sudeste Mato-grossense	Agro	28,1	22,6	17,3	18,1	17,4
	Indústria	11,4	17,7	19,2	17,5	17,4
	Serviços	60,5	59,7	63,5	64,3	65,2
Pantanaís Sul Mato-grossense	Agro	21,6	18,5	18,2	19,0	20,4
	Indústria	10,9	14,8	12,5	12,4	13,9
	Serviços	71,0	67,6	67,9	69,1	65,7
Centro Norte de Mato Grosso do Sul	Agro	6,5	5,5	4,7	5,1	5,1
	Indústria	13,7	15,8	16,8	14,1	14,3
	Serviços	79,8	78,7	78,5	80,8	80,5
Leste de Mato Grosso do Sul	Agro	26,7	26,7	26,7	26,7	17,9
	Indústria	20,9	28,6	34,5	30,6	28,8
	Serviços	52,4	48,9	46,2	52,8	53,2
Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Agro	20,1	16,3	13,4	13,5	13,0
	Indústria	18,6	23,0	25,7	22,8	23,3
	Serviços	61,3	60,7	60,8	63,7	63,7
Noroeste Goiano	Agro	26,0	25,5	21,7	24,3	25,4
	Indústria	15,5	17,1	23,7	21,6	22,4
	Serviços	58,5	57,4	54,7	54,0	52,2
Norte Goiano	Agro	9,0	11,1	9,4	11,0	11,9
	Indústria	20,9	21,7	19,7	16,2	19,1
	Serviços	70,1	67,2	70,8	72,9	69,0
Centro Goiano	Agro	2,2	2,1	1,8	2,0	2,0
	Indústria	19,9	22,1	23,0	19,8	21,5
	Serviços	77,9	75,9	75,1	78,2	76,5
Leste Goiano	Agro	12,4	11,0	11,6	11,8	12,4
	Indústria	12,5	15,3	13,8	11,9	12,1
	Serviços	77,9	75,9	75,1	78,2	75,6
Sul Goiano	Agro	17,3	15,2	14,3	15,2	14,1
	Indústria	20,3	28,8	28,7	24,4	27,3
	Serviços	62,4	56,0	57,0	60,4	58,5

Fonte: RAIS, 2024 (Elaboração dos autores)

A expansão das exportações para a China, em uma economia periférica como a brasileira, tem levado à primarização das pautas de exportações de várias mesorregiões do Centro-Oeste, revelando-se, também, em grande participação relativa das atividades agropecuárias na estrutura produtiva de várias mesorregiões (com patamares muito superiores à média nacional). À medida que a agropecuária se moderniza e aumenta a produtividade do trabalho, o aumento das exportações de produtos agropecuários e de sua participação na estrutura produtiva não são acompanhados na mesma proporção da geração de emprego formal, o que reforça o dilema desse modelo de desenvolvimento regional que, de um lado, gera riqueza, mas, de outro, limita a apropriação dos excedentes pelos trabalhadores e, conseqüentemente, a melhoria das condições de vida da população em geral.

Apesar de, em termos de participação relativa, a importância do setor agropecuário na geração de emprego formal ser inferior ao Valor Adicionado Bruto, observa-se, na tabela 7, que a participação do setor agropecuário no total de emprego formal apresentou crescimento nas mesorregiões: Norte matogrossense, Nordeste matogrossense, Sudoeste matogrossense, Norte Goiano. Essas são, também, como ilustrou a Tabela 6, as regiões com grande participação do setor agropecuário no VAB total, algumas com tendência a crescimento dessa participação (Noroeste Mato-Grossense e Norte Goiano).

A Tabela 8, por sua vez, apresenta os dados de crescimento dos vínculos de emprego formal para os macrossetores econômicos nas mesorregiões dos estados da região Centro-Oeste. As taxas de crescimento do emprego formal nas mesorregiões dos estados da região Centro-Oeste apresentam tendência a crescimento positivo, mesmo nos subperíodos em que a economia brasileira apresentou perda de dinamismo.

Para o período 2002 a 2013, o primeiro ponto a se destacar consiste nas elevadas taxas de crescimento dos vínculos de emprego formal no setor agropecuário das mesorregiões do Centro-Oeste, com elevada significância estatística (Tabela 8). Vale destacar que se trata de período de expressivo crescimento da economia brasileira, e do *boom* de *commodities*. Nesse contexto, todas as mesorregiões apresentaram crescimento positivo dos vínculos de emprego em todos os setores econômicos. As mesorregiões Norte, Nordeste, Sudoeste e Centro Sul Mato-Grossense e a mesorregião Norte Goiano apresentaram taxas de crescimento de emprego na agropecuária superior ao crescimento das demais atividades. Isso revela que, apesar do crescimento da agropecuária, as demais atividades também se mostraram dinâmicas, em grande medida por corresponderem aos estímulos ao crescimento econômico desencadeados, além das exportações, pela melhoria na distribuição de renda, tais como programas governamentais de transferência de renda, elevação do salário mínimo, investimento públicos, etc. Isso revela que o comércio internacional estimulou as atividades agropecuárias, mas as atividades industriais e de serviços apresentaram dinâmica de crescimento de emprego formal significativo. Nas mesorregiões em que se localizam as capitais estaduais, o setor de serviços e o industrial tiveram maior dinamismo na geração de emprego, essas são mesorregiões mais diversificadas, com redes urbanas mais densas, com menor participação do agropecuário na estrutura produtiva (como foi visto na Tabela 6).

Tabela 8: Taxa de crescimento^a dos vínculos de emprego formal, mesorregiões do Centro-Oeste, 2002 a 2023.

Mesorregião	IBGE Setor	2002	2013	2017	2023	Tx Cresc. 2002 a 2013		Tx Cresc. 2013 a 2017		Tx Cresc. 2017 a 2023		Tx Cresc. 2002 a 2023	
Norte MT	Total	89410	230793	243833	319508	8,6	***	0,7		5,5	***	5,9	***
	Indústria	28497	57522	51295	74243	6,6	***	-4,2		6,3	***	4,0	***
	Ind. Transformação	26240	42040	40846	54360	4,2	***	-1,8		5,2	***	3,0	***
	Serviços	46085	127831	140185	166467	9,2	***	1,8		4,4	**	6,4	***
	Agropecuária	14828	45440	52353	78798	9,8	***	3,5	***	6,8	***	6,9	***
Nordeste MT	Total	21649	49200	53975	68208	7,1	***	1,9	*	5,1	***	5,4	***
	Indústria	3612	6627	7133	9504	4,5	***	1,3		3,4	*	3,8	***

	Ind. Transformação	3385	5095	5664	6245	2,9	*	2,2		-0,1		2,4	***
	Serviços	13084	29620	31633	36079	7,2	***	1,1		4,1	*	5,3	***
	Agropecuária	4953	12953	15209	22625	8,3	***	3,8	***	7,5	***	6,4	***
Sudoeste MT	Total	30856	67569	64957	72967	6,8	***	-1,3	*	3,0	**	3,8	***
	Indústria	10142	19151	15014	21616	4,3	***	-6,6	*	6,2	***	2,2	***
	Ind. Transformação	8983	13580	12135	17277	1,9	**	-4,4		6,3	***	1,7	***
	Serviços	15448	36398	36673	36639	7,9	***	-0,1		2,1		4,5	***
	Agropecuária	5266	12020	13270	14712	8,1	***	2,7	***	1,1		4,1	***
Centro-Sul MT	Total	181767	325717	315497	290839	5,3	***	-1,2	*	0,4		2,7	***
	Indústria	27181	60677	44971	58537	8,1	***	-8,6	**	5,1	***	2,7	***
	Ind. Transformação	16581	30791	24043	32852	5,8	***	-6,9	**	5,8	***	2,1	***
	Serviços	149969	255580	260010	220001	4,8	***	0,3		-0,7		2,6	***
	Agropecuária	4617	9460	10516	12301	5,8	***	2,6	*	1,7		4,0	***
Sudeste MT	Total	55470	119589	122123	151141	6,7	***	0,0		4,4	***	4,5	***
	Indústria	7718	22989	21704	30323	11,6	***	-1,7	*	5,6	***	6,1	***
	Ind. Transformação	5383	17155	15561	20204	12,5	***	-2,1		4,6	***	5,9	***
	Serviços	32281	75923	78158	91711	7,1	***	0,2		3,8	**	5,0	***
	Agropecuária	15471	20677	22261	29107	2,2	***	1,3		4,6	***	2,1	***
Pantaneais MS	Total	22532	35190	35844	36905	3,9	***	0,0		2,1		2,5	***
	Indústria	2771	4405	4626	7898	5,6	***	1,0		9,3	***	3,3	***
	Ind. Transformação	1568	2112	2586	3534	1,6		5,8	**	5,8	***	3,0	***
	Serviços	14586	24395	23834	19278	4,3	***	-1,3		-1,0		2,2	***
	Agropecuária	5175	6390	7384	9729	1,8	***	4,0	**	5,2	**	2,5	***
Centro Norte MS	Total	193755	313709	308426	274778	5,0	***	-0,8		0,0		2,4	***
	Indústria	26822	52760	43840	53252	7,4	***	-5,0	***	3,0	***	2,8	***
	Ind. Transformação	14695	26675	25050	32639	6,3	***	-2,0	**	4,3	***	3,4	***
	Serviços	155769	246184	248572	200904	4,7	***	-0,2		-1,0		2,4	***
	Agropecuária	11164	14765	16014	20622	2,5	***	2,1	***	4,3	**	1,8	***
Leste MS	Total	52451	116727	110571	138379	7,2	***	-1,0		4,6	***	4,3	***
	Indústria	11759	40226	31453	49090	11,9	***	-4,5		7,0	**	5,9	***
	Indústria de Transformação	10232	28447	25982	34474	10,1	***	-2,7	*	4,1	***	5,3	***
	Serviços	26301	53936	57553	60908	6,5	***	1,1		2,6		4,3	***
	Agropecuária	14391	22565	21565	28381	3,6	***	-0,6		5,7	**	2,3	***
Sudoeste MS	Total	80862	169999	184546	192149	7,2	***	1,5		2,2		4,4	***
	Indústria	15295	43758	40401	51271	10,9	***	-2,5	*	4,2	***	5,3	***
	Ind. Transformação	13444	38527	35441	42620	11,0	***	-2,4	**	3,4	***	5,1	***
	Serviços	49723	103378	119750	109366	7,3	***	3,0		0,8		4,6	***
	Agropecuária	15844	22863	24395	31512	2,5	***	1,6	**	4,8	**	2,3	***
Noroeste Goiano	Total	18455	34689	35098	32091	5,7	***	-0,4		0,7		3,3	***
	Indústria	3370	8207	7128	8456	8,1	***	-3,0		2,7	***	4,5	***
	Ind. Transformação	2507	5748	5164	5561	7,8	***	-2,1		1,1	*	4,1	***
	Serviços	10779	18967	19740	12509	5,6	***	-0,6		-3,3		2,7	***
	Agropecuária	4306	7515	8230	11126	4,2	***	2,4	*	5,4	***	3,7	***
Norte Goiano	Total	20069	39671	37558	41785	6,4	***	-2,5		3,8	*	3,4	***
	Indústria	3900	7835	5533	13357	6,4	***	-9,4	*	16,5	***	3,4	***
	Ind.	1952	3531	2473	4519	4,7	***	-8,3	**	9,1	***	1,7	***

	Transformação												
	Serviços	14385	28093	27802	22089	6,3	***	-1,5		-1,2		3,0	***
	Agropecuária	1784	3743	4223	6339	6,6	***	3,0	***	8,1	***	4,8	***
Centro Goiano	Total	541751	989635	980438	906050	6,0	***	-0,7		0,2		2,9	***
	Indústria	110788	227787	192988	248397	7,7	***	-4,8	**	4,7	***	3,2	***
	Indústria de Transformação	79186	152420	136811	167600	6,3	***	-3,3	**	3,9	***	3,1	***
	Serviços	419285	743566	767429	634563	5,6	***	0,5		-1,3		2,8	***
	Agropecuária	11678	18282	20021	23090	3,9	***	2,3	**	2,8	*	2,8	***
Leste Goiano	Total	53456	124383	134342	145669	8,4	***	1,6	*	3,2	*	4,9	***
	Indústria	7057	17118	15736	24495	8,8	***	-2,2	**	7,9	***	4,5	***
	Ind. Transformação	4826	10227	10257	13506	7,1	***	-0,4		5,1	**	3,6	***
	Serviços	40390	92864	102622	98059	8,5	***	2,0	*	1,4		4,9	***
	Agropecuária	6009	14401	15984	23115	7,3	***	3,6	*	7,5	***	5,4	***
Sul Goiano	Total	147712	321017	327986	357651	7,2	***	-0,1		2,7	*	4,3	***
	Indústria	30101	92068	84251	105013	11,0	***	-3,1	*	4,5	***	5,2	***
	Ind. Transformação	24057	76713	74409	87433	11,3	***	-1,7		3,5	***	5,5	***
	Serviços	93233	182913	196448	194456	6,1	***	1,1		1,4		4,1	***
	Agropecuária	24378	46036	47287	58182	5,6	***	0,8	*	3,8	*	3,4	***

Fonte: RAIS, 2024 (Elaboração dos autores).

Nota: (a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Nesse caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 1%, 5% e 10%.

O período de crise (2013-2017) apresentou comportamento das taxas de crescimento dos vínculos de emprego formal nos setores econômicos diferentes das taxas apresentadas no período de maior dinamismo (2002-2013) da economia brasileira. Para 2013-2017 as taxas de crescimento dos vínculos de emprego formal da indústria e serviços foram negativas em quase todas as mesorregiões dos estados do Centro-Oeste e a taxa de crescimento dos vínculos de emprego no agropecuário foi positiva e superior às das demais atividades econômicas em quase todas as mesorregiões, com exceção do Leste de Mato Grosso do Sul (-0,6%) e do Sul Goiano (0,8% do setor agropecuário e 1,1% do setor de serviços). Isso revela que em territórios altamente primarizados, com grande participação do agropecuário na estrutura produtiva, esse setor não foi tão afetado possivelmente por ter grandes conexões com o exterior, ao passo que a crise brasileira atingiu os pilares de crescimento calcados no mercado interno.

No período de 2017-2023, caracterizado por baixas taxas de crescimento de 2017 a 2019, com recessão em 2020 e uma certa recuperação a partir de 2021, todos setores contribuíram de forma significativa para o crescimento dos vínculos de emprego formal. Nas mesorregiões, com maior importância do agropecuário nas exportações, na estrutura produtiva e na estrutura setorial do emprego formal, esse foi o setor com maior dinamismo de geração de emprego. Essa foi a situação verificada nas mesorregiões do Norte e Nordeste Motogrossense, Centro Norte e Sudoeste de Mato Grosso do Sul e Noroeste Goiano.

Essa resistência do setor agropecuário em cenários de crise nacional o posiciona como um 'amortecedor' do desemprego no mercado de trabalho brasileiro, devido à sua desconexão estrutural com o mercado interno e sua forte orientação para exportação. Contudo, essa aparente resiliência não somente não equaciona o problema da concentração de renda e da baixa diversificação

produtiva, como também agrava os desafios para o alcance de um verdadeiro desenvolvimento.

5. Considerações Finais

Espera-se que os resultados expostos ao longo deste artigo possam contribuir com os estudos que procuram evidenciar especificidades fundamentais da posição do Brasil na divisão internacional do trabalho – DIT. Posição esta que em alguma medida havia se alterado com a industrialização desde Vargas, passando por Kubitschek até o IIPND, mas que a partir dos anos 1980 e especialmente a partir de uma série de opções políticas de reformas neoliberais nos anos 1990, conduziram aquela alteração a um processo, que se estende aos anos 2000, de reinserção regressiva do país na DIT, espelhada no aprofundamento da (re)primarização das exportações, assim como também da estrutura produtiva.

Nessa perspectiva, o artigo possibilita inferir que análises agregadas para o país como um todo, ou mesmo para uma determinada macrorregião em seu agregado, podem induzir o pesquisador a incorrer em conclusões que no mínimo encobrem dinâmicas territorializadas importantes e com potencial revelador de resultados diferenciados, relevantes. Quando a pesquisa se abre para análises desagregadas, abordando escalas menores, como foi feito no presente estudo, desagregando a investigação para as dinâmicas das mesorregiões do Centro-Oeste, apreende-se o que os vários estudos aqui citados, dadas as suas opções metodológicas, não teriam condição de captar, ou seja, um processo territorializado de primarização não apenas das pautas exportadoras, mas também das (e de forma articulada com as) estruturas produtivas.

Em outras palavras, o estudo em recortes escalares menores permite captar em mais detalhes certas especificidades regionais que, no caso da região Centro-Oeste, assentam-se na percepção mais nítida do processo de especialização regressiva dessa região. Reitera-se que esse processo é induzido pelo progressivo avanço das políticas neoliberais implementadas desde os anos 1990 que tenderam a, de um lado, contribuir com um processo de desindustrialização nacional e, de outro, reforçar de forma mais aprofundada o pacto de economia política entre o Estado e os capitais (industrial, agrário e financeiro) articulados ao latifúndio monocultor produtor de commodities para exportação.

Sob essa perspectiva metodológica, portanto, este artigo analisou a estrutura das exportações da região Centro-Oeste do Brasil e verificou se as atividades mais dinâmicas no comércio internacional influenciaram a estrutura produtiva e, por conseguinte, a geração de emprego formal. Por esse prisma investigativo – ou seja, do ponto de vista das dinâmicas das mesorregiões dos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás –, mostrou-se a ampliação da incorporação da região Centro-Oeste aos circuitos de comércio internacional Brasil-China, com crescente tendência de participação de produtos do reino animal e do reino vegetal na pauta de exportações, ao que chamamos de primarização das exportações. Observou-se, desse modo, que a articulação da região Centro-Oeste ao comércio internacional se dá de forma heterogênea.

Vimos que algumas mesorregiões se inseriram no comércio internacional mais intensamente que outras. Por outro lado, embora fuja ao escopo deste artigo, é necessário mencionar que a agropecuária de exportação está adentrando, progressivamente, em áreas de preservação ambiental e em áreas pertencentes aos povos originários. Essa expansão se dá diretamente com a produção ou indiretamente com a construção de infraestrutura necessária ao escoamento dos produtos exportáveis, principalmente no estado do Mato Grosso.

Para a finalidade deste artigo, a análise das estruturas produtivas revelou que quase todas as mesorregiões dos estados analisados apresentaram, como já destacado anteriormente, mas que vale a pena reiterar, uma especialização regressiva, ou seja, os dados apontam para o progressivo aumento de participações da agropecuária no Valor Adicionado Bruto (VAB), participações estas superiores à média nacional. Há, portanto, fortalecimento da relevância do setor agropecuário nas estruturas produtivas das mesorregiões do Centro-Oeste, revelando que, além da primarização da pauta de exportação, as estruturas produtivas de algumas mesorregiões (Norte e Nordeste do Mato Grosso, Sudoeste do Mato Grosso do Sul, Noroeste Goiano) também apresentam tendência à primarização, com importância relativa do setor agropecuário superior a um terço do VAB. Isso indica que a inserção comercial externa, com intensificação das exportações de primários (principalmente para a China), influencia a dinâmica produtiva interna.

No que respeita à análise da dinâmica do mercado formal de trabalho, por sua vez, pôde-se apreender que, de forma geral, o avanço da agropecuária na participação relativa tanto das exportações quanto no VAB total dos setores econômicos – nas diferentes mesorregiões estudadas – não se refletiu igualmente na proporção do emprego formal da força de trabalho da agropecuária dessas mesorregiões. A principal explicação para isso é que a modernização (mecanização cada vez mais generalizada e mais sofisticada) do setor agropecuário implica em ampliação dos aumentos da produtividade que, por sua vez, reduz o ritmo de aumento da demanda formal por força de trabalho. Essa constatação, somada à evidência de especialização regressiva, força a relativizar o discurso que ressalta apenas o êxito da expansão da geração de riqueza rural assentada na assimilação cada vez maior de uma agropecuária científica e produtivista.

Em suma, espera-se que este artigo possa contribuir para a compreensão de como processos de regressão da pauta de exportações e da estrutura produtiva, levando a debates sobre desindustrialização e reprimarização, ocorrem no território, ao passo que uma região como o Centro-Oeste, por mais que tenha ampliado sua produção industrial, tem frações do seu território altamente primarizadas, com elevada participação da produção agropecuária nas suas estruturas produtivas.

Essa crescente primarização das exportações, da estrutura produtiva e do emprego formal apresenta desafios ao desenvolvimento regional, que requer, além do crescimento econômico e do emprego, a preservação socioambiental dos biomas presentes naquela região, melhoria na distribuição de renda e das condições de vida da população em geral.

Como agenda de pesquisa, considera-se a importância de realizar estudos sobre as consequências do processo de maior articulação aos circuitos comerciais dos vários espaços que compõem o Centro-Oeste sobre a geração de renda do

trabalho e qualidade do emprego. Além disso, também é relevante avançar nas análises sobre encadeamento setorial, para uma melhor compreensão dos efeitos do crescimento do setor agropecuário sobre outros setores, ou seja, para explicar, por exemplo, em que medida as atividades industriais e de serviços possuem articulações com o setor agropecuário.

REFERÊNCIAS

BALSADI, O. V. **O mercado de trabalho assalariado na agricultura brasileira e suas diferenciações regionais no período 1992-2004**. 2007. 266f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

BELLUZZO, L. G. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados “globalizados”. **Economia e sociedade**, Campinas, p. 11-20, jun. 1995.

BERNARDES, J. A. Novas fronteiras do capital no Cerrado: dinâmica e contradições da expansão do agronegócio na região Centro-Oeste, Brasil. **Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. V. XIX, N. 507, 2015.

BNDES. **Um olhar para o desenvolvimento: Centro-Oeste**. Rio de Janeiro, BNDES, 2014.

BOURGUIGNON, F. **The Globalization of Inequality**. New Jersey: Princeton University Press, 2015.

BRANDÃO, C. A. **Território e Desenvolvimento**. As múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

BRANDÃO, C. A. Mudanças produtivas e econômicas e reconfiguração territorial no Brasil no início do Século XXI. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, V.21, N.2, p. 258-279, 2019. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2019v21n2p258>.

CANO, W. Novas determinações sobre as questões regional e Urbana após 1980. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, V. 13, N. 2, p. 27-53, 2011.

CANO, W. Desindustrialização no Brasil. **Economia e Sociedade**, v. 21, Número Especial, p. 831-851, 2012.

CANO, W. (Des)industrialização e (Sub)desenvolvimento. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, pp.139-174, jul.-dez. 2014.

CARDOZO, S. A. (2018). Comércio internacional, estrutura produtiva industrial, emprego e renda nas macrorregiões brasileiras (2004 a 2014). **Revista Brasileira De Estudos Urbanos E Regionais**, 20(2), 401. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2018v20n2p401>

CARIELLO, T. Investimentos Chineses no Brasil – Histórico, Tendências e Desafios Globais (2007-2020). **Conselho Empresarial Brasil-China**, 2021.

CARNEIRO, R. Impasses do desenvolvimento brasileiro: a questão produtiva. **Texto para Discussão**. IE/UNICAMP n. 153, 2008.

CINTRA, M.; PINTO, E. C. China em transformação: transição e estratégias de desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 37, p. 381-400, 2017.

DELGADO, G. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização. **Nova Economia**, v. 3, n. 1, p. 35-64, 1993.

DINIZ, C. C.; MENDES, P. S. Tendências regionais da indústria no século XXI. **Texto para Discussão IPEA**, n. 2640. Brasília: Rio de Janeiro, 2021.

FREITAS, E. P.; PEREIRA, L. dos S.; ROCHA SÁ, R.; PEREIRA, V. dos S. Flexibilização da política ambiental no contexto das mudanças climáticas e os impactos socioterritoriais para o Pantanal Sul-mato-grossense. **Revista GeoPantanal**, 2023. <http://dx.doi.org/10.55028/geop.v18i34.18800>

FREITAS, H.; BORGHI, R. A. Z. Investimento Estrangeiro Direto da China no Brasil: um estudo de setores selecionados. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 3 (82), 2024. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2024v33n3.281289>.

GASQUES, J. G.; BASTOS, E. T.; VALDES, C.; & BACCHI, M. R. P. Produtividade da agricultura brasileira e os efeitos de algumas políticas. **Revista de Política Agrícola**, v. 21, n.3, p. 83-92, 2012.

HARVEY, D. **Seventeen contradictions and the end of capitalism**. Great Britain: Profile Books Ltd, 2014.

HIRATUKA, C. Relações econômicas entre Brasil e China nas duas primeiras décadas do século XXI: uma perspectiva a partir dos desafios contemporâneos para a reindustrialização brasileira. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 3 (82):e282874, 2024. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2024v33n3.282874>.

IASCO-PEREIRA, H. C.; LIBÂNIO, G. Investimentos externos diretos da China no Brasil: a presença de empresas chinesas na economia brasileira nos séculos XX e XXI. **Revista Economia Contemporânea**. V. 27, Seção Especial em Homenagem a David Kupfer, p. 1-26, 2023.

KUPFER, D.; ROCHA, F.F. Direções do investimento chinês no Brasil 2010-2016: estratégia nacional ou busca de oportunidades. In: JAGUARIBE, A. (Org.). **Direction**

of Chinese Global Investments: Implications for Brazil. Brasília, DF: Funag, p. 214-266, 2018.

Macedo, Fernando César. Inserção comercial externa e dinâmica territorial no Brasil o Brasil. **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, vol. 15, núm. 3, pp. 89-114, 2010.

Macedo, Fernando Cezar. Transformação econômica, inserção externa e dinâmica territorial no Centro-Oeste brasileiro: o caso de Rio Verde. **Sociedade & Natureza**, 25 (1), p. 35-50, 2013.

Mauro, Rogério Antonio; Calaça, Manoel (2017). A expansão do agronegócio no Centro-Oeste brasileiro. **VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária**. Curitiba, 2017.

MEDEIROS, C. A.; CINTRA, M. C. Impacto da Ascensão Chinesa sobre os países latino-americanos. **Revista de Economia Política (Impresso)**, v. 35, p. 28-42, 2015.

NASCIMENTO, C. A.; CARDOZO, S. A.; GUIMARÃES, E. N.; OLIVEIRA, A. S. Agronegócio, famílias e infraestrutura domiciliar no desenvolvimento rural do Centro-Oeste (século XXI). **Revista de Economia Regional Urbana e do Trabalho**. v. 12, n. 1, p. 108-141, 2023.

NASCIMENTO, C. A.; CARDOZO, S. A.; CUNHA, S. F. Reprimarização ou dependência estrutural de commodities? O debate em seu devido lugar. **Anais do XIV Econtro Nacional de Economia Política**, São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, F. **A Economia da Dependência Imperfeita**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
PEREIRA, L. As relações econômicas Brasil-China: Do comércio para o investimento. In: JAGUARIBE, A. (Org.). **Direction of Chinese Global Investments: Implications for Brazil**. Brasília, DF: Funag, p. 179-214, 2018.

OLIVEIRA, M. L. . Matriz de relacionamentos de classificações de produtos e de atividades econômicas do setor mineral – metodologia. **Nota Técnica IPEA**, nº 94. Brasília, DF: IPEA, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ntdiset94>.

PALUDO, N. J. **A relevância da agricultura de exportação para o desenvolvimento econômico do estado do Mato Grosso**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Rio Grande do Sul, 2018.

PIRES, M. J. de S. Estratégia de transformação econômica do Centro-Oeste: o caminho externo. **Texto para Discussão IPEA**, nº 2504. Brasília, DF: IPEA, 2019.

PIRES, M. J. de S. Heterogeneidade estrutural e agricultura: um olhar sobre as regiões imediatas do estado de Goiás e Distrito Federal entre 2002 e 2018. In: Santos, G. R.; Silva, R. P (orgs.). **Agricultura e Diversidades: trajetórias, desafios**

regionais e políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-039-4cap7>.

PIRES, M. J. de S. Singularidades das estruturas agrícolas da região Centro-Oeste entre 1995 e 2021: um olhar por intermédio dos indicadores regionais de localização e especialização. **Texto para Discussão IPEA**, nº 2949. Brasília, DF: IPEA, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2949-port>.

SANTOS, D. A. O. **As veias abertas para a expansão do capital: tensões territoriais no projeto de transformação do Tapajós em corredor logístico.** 2019. 325f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional) de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, 2019.

SANTOS, K. F.; MISSIO, F. J. Políticas públicas de desenvolvimento regional em Mato Grosso do Sul. **Nova Economia**, V. 30, n. 3, p. 921-950, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-6351/5248>.

SILVA, M.; BARBOSA, L.; SOUZA, K.; GOMES, B.; ANTUNES, C. O “efeito china” e a crescente demanda por commodities produzidas na Amazônia brasileira. **Ambiente: Gestão e Desenvolvimento**, v. 13, n. 2, p. 64–80, 2020. DOI: [10.24979/ambiente.v13i2.762](http://dx.doi.org/10.24979/ambiente.v13i2.762).

STADUTO, J. A. R.; SHIKIDA, P. F. A.; & BACHA, C. J. C. Alteração na composição da mão-de-obra assalariada na agropecuária brasileira. **Agricultura em São Paulo**, v. 47, n. 1, p. 57-70, 2004.

UNCTAD. Escaping from the commodity dependence trap through technology and innovation. **Commodities & Development Report 2021.** Geneva: Unctad, 2021. <https://unctad.org/publication/commodities-and-development-report-2021>.

VON DENTZ, E. **Dinâmica espacial da acumulação de capital do agronegócio: o caso do Mato Grosso.** 2018. 205f. Dissertação de Mestrado (Programa de mestrado em Geografia da Unioeste). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2018.

WERNER, D. Rodadas de Neoliberalização, provisão de infraestrutura e “efeito China” no Brasil pós-1990. **Revista EURE**. v. 46, nº 139, p. 143-162, 2020.

WOOD, E. M. **O império do capital.** São Paulo: Editora Boitempo, 2014.

Soraia Aparecida Cardozo

Instituto de Economia e Relações Internacionais/Universidade Federal de Uberlândia–Santa Mônica – Uberlândia – Minas Gerais
ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5830-6879>

Alanna Santos de Oliveira

Universidade Federal de Uberlândia – Santa Mônica – Uberlândia – Minas Gerais
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9090-8367>

Carlos Alves do Nascimento
Universidade Federal de Uberlândia – Santa Mônica – Uberlândia – Minas Gerais
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3495-8076>

Submetido em: 28/03/2025

Aprovado em: 24/11/2025

CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR

Conceituação: Soraia Aparecida Cardozo

Curadoria de Dados: Soraia Aparecida Cardozo e Alanna Santos de Oliveira.

Análise Formal: Soraia Aparecida Cardozo, Alanna Santos de Oliveira e Carlos Alves do Nascimento

Investigação/Pesquisa: Soraia Aparecida Cardozo

Metodologia: Soraia Aparecida Cardozo e Carlos Alves do Nascimento

Administração do Projeto: Soraia Aparecida Cardozo

Supervisão/orientação: Soraia Aparecida Cardozo

Escrita – Primeira Redação: Soraia Aparecida Cardozo

Escrita – Revisão e Edição: Alanna Santos de Oliveira e Carlos Alves do Nascimento.